

ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
E O GOVERNO DO ESTADO DE ISRAEL SOBRE ISENÇÃO DE VISTOS
PARA TITULARES DE PASSAPORTES NACIONAIS VÁLIDOS

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo do Estado de Israel
(doravante denominados "Partes"),

Com o objetivo de facilitar os procedimentos de viagem entre os dois
países,

Acordam o seguinte:

ARTIGO 1

Nacionais de ambas as Partes, portadores de passaportes nacionais válidos, poderão entrar no território da outra Parte para fins de turismo ou de negócios, para permanência de até 90 (noventa) dias, sendo a estada limitada a 180 (cento e oitenta) dias por ano, sem necessidade de obtenção prévia de visto em seus passaportes.

ARTIGO 2

Nacionais da República Federativa do Brasil e do Estado de Israel que entrarem no território da outra Parte, visando ao exercício de atividade remunerada por fonte do país hospedeiro ou que pretendam permanecer nele por mais de 90 (noventa) dias, deverão requerer o visto apropriado, o qual será emitido pela Missão diplomática ou Repartição consular deste último.

ARTIGO 3

1. Nacionais de qualquer uma das Partes, que tenham perdido seus passaportes no território da outra Parte, deverão sair do território desta com os documentos de viagem apropriados, emitidos pela Missão diplomática ou Repartição consular do seu país, sem a necessidade de visto.

2. Os documentos apropriados, citados no parágrafo 1, são, no caso da República Federativa do Brasil, passaportes diplomáticos, oficial, comum e de estrangeiro, laissez passer ou Autorização de Retorno ao Brasil. No caso do Estado de Israel, os documentos são passaporte nacional, laissez passer ou laissez passer de emergência.

ARTIGO 4

Nacionais de qualquer uma das Partes poderão cruzar as fronteiras da outra Parte nos pontos abertos ao tráfego internacional de passageiros.

ARTIGO 5

Sujeito às presentes cláusulas, os beneficiários deste Acordo deverão, estando na República Federativa do Brasil ou no Estado do Israel, observar as leis e regulamentos do país hospedeiro. Nenhuma disposição do presente Acordo isentará os nacionais das Partes da necessidade de observar as respectivas leis e regulamentos relativos à entrada e residência (temporária ou permanente) de estrangeiros e a participação pelos mesmos em atividades remuneradas, seja ela autônoma ou assalariada, ou para as quais seja exigido visto específico.

ARTIGO 6

As Partes deverão informar prontamente uma à outra, por via diplomática, qualquer modificação prevista nas condições de entrada, permanência ou saída para nacionais da outra Parte.

ARTIGO 7

As Partes se reservam o direito de recusar a entrada de pessoas cujo passaporte não esteja válido, de pessoas consideradas indesejáveis, incluindo as que possam pôr em perigo a segurança ou a ordem pública, bem como daqueles sem meios adequados de subsistência e estada no território do país hospedeiro.

ARTIGO 8

Cada Parte se responsabiliza pela readmissão de quaisquer dos seus nacionais em seu território, sem formalidades.

ARTIGO 9

As Partes se reservam o direito de suspender temporariamente a aplicação deste Acordo por motivo de segurança, ordem ou saúde públicas, exceto o Artigo 8 acima. A introdução, assim como a cessação de tais medidas, deverá ser prontamente notificada por escrito à outra Parte, por via diplomática. Tais medidas deverão entrar em vigor no dia de sua notificação pela Parte concernente.

ARTIGO 10

1. As Partes fornecerão uma à outra espécimes dos seus documentos de viagem válidos até 30 (trinta) dias antes da entrada em vigor deste Acordo.
2. Caso uma das Partes modifique seus documentos de viagem ou introduza um novo tipo de documento de viagem, deverá notificar à outra as mudanças, por via diplomática, bem como encaminhar exemplares de seus novos documentos com todos os dados necessários relativos ao uso dos mesmos, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias antes deles entrarem em circulação.

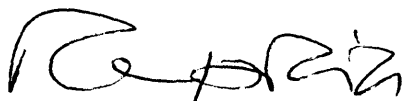
ARTIGO 11

O presente Acordo permanecerá em vigor por prazo ilimitado, a menos que uma das Partes o denuncie, por escrito, por via diplomática. A denúncia surtirá efeito 30 (trinta) dias após a respectiva notificação.

ARTIGO 12

O presente Acordo está sujeito a aprovação ou ratificação, conforme as formalidades legais internas das Partes, e deverá entrar em vigor 60 (sessenta) dias após a data da última das Notas diplomáticas em que uma Parte tiver informado a outra do cumprimento de seus requerimentos internos legais.

Feito em Brasília, em 1^o de setembro de 1999, que corresponde ao dia 20 de ELUL de 5759, em dois exemplares originais, nos idiomas português, hebraico e inglês, sendo todos os textos igualmente autênticos. Em caso de divergência de interpretação, prevalecerá o texto em sua versão inglesa.



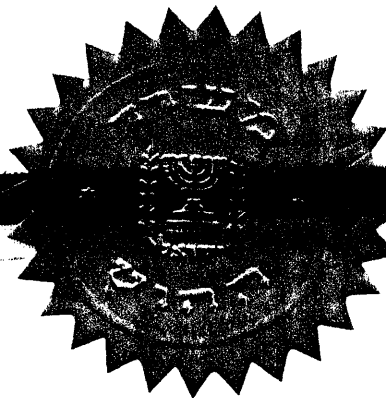
PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

Luiz Felipe Lampreia
Ministro de Estado das
Relações Exteriores



PELO GOVERNO DO ESTADO
DE ISRAEL

Yaacov Keinan
Embaixador



AGREEMENT BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC
OF BRAZIL AND THE GOVERNMENT OF THE STATE OF ISRAEL ON THE
ABOLITION OF VISA REQUIREMENTS FOR HOLDERS
OF VALID NATIONAL PASSPORTS

The Government of the Federative Republic of Brazil

and

The Government of the State of Israel
(hereinafter referred to as "The Parties"),

With the aim of facilitating the travelling procedures between the two
countries,

Have agreed to conclude an Agreement in the following terms:

ARTICLE 1

Nationals of the State of either Party, holders of valid national passports, may enter the territory of the State of the other Party for the purpose of business or tourism, for a stay not exceeding 90 (ninety) days, without an entry visa. These stays are limited to 180 (one hundred and eighty) days per year.

ARTICLE 2

Nationals of the Federative Republic of Brazil and of the State of Israel who enter the territory of the State of the other Party for the purpose of taking up activities remunerated by a source in the receiving country, or who wish to stay there for a period exceeding 90 (ninety) days, shall apply for the appropriate visa issued by the diplomatic mission or the consulate of the country concerned.

ARTICLE 3

1. Nationals of one Party who have lost their national passports within the territory of the other Party, shall leave the territory of the other Party with the appropriate documents issued by the diplomatic mission or by the consulate of the relevant State, and without a visa.

2. The appropriate documents mentioned in paragraph 1 are, in the case of the Federative Republic of Brazil, diplomatic passport, official passport, common passport, foreigner's passport, Laissez Passer or Authorization to Return to Brazil, and in the case of the State of Israel, a national passport, a Laissez Passer or an emergency Laissez Passer.

ARTICLE 4

Nationals of the State of one the Parties may cross the border of the State of the other Party at the border points open for international passengers' traffic.

ARTICLE 5

Subject to the foregoing provisions, persons benefitting under this Agreement shall, while in the Federative Republic of Brazil or in the State of Israel, comply with the laws and regulations of the country of their stay. The provisions of this Agreement will not exempt the nationals of the Parties from the duty of complying with the relevant laws and regulations concerning the entry and the (temporary or permanent) residence of foreigners in the territory of the other Party, and their engagement in remunerated activities, whether on a self-employed or salaried basis, or for which a specific visa is required.

ARTICLE 6

The Parties shall promptly inform each other, through diplomatic channels, of any envisaged changes in the conditions for entry, stay or departure for the nationals of the other Party.

ARTICLE 7

The Parties reserve the right to refuse admission to persons not possessing a valid national passport, persons considered undesirable, including those who could endanger security or public order, as well as those lacking adequate means of subsistence or adequate arrangements for their stay within the territory of the receiving State.

ARTICLE 8

Each Party undertakes to readmit any of its nationals without formalities into the territory of its State.

ARTICLE 9

The Parties reserve the right to suspend temporarily the implementation of this Agreement, for reasons of national security, public order or public health, except Article 8 above. Each Party shall promptly inform the other Party, in writing, through diplomatic channels of the introduction, as well as the abolition, of such measures. Such measures shall take effect on the day of the communication by the relevant Party.

ARTICLE 10

1. The Parties shall supply each other with the specimen of their valid travel documents not later than 30 (thirty) days before the Agreement enters into force.

2. Should one Party introduce any change in its valid travel documents or introduce a new type of travel document, the said Party shall notify the other Party through diplomatic channels of the change not later than 30 (thirty) days before their introduction, and shall provide the specimen thereof, with all the necessary data concerning the use of these documents.

ARTICLE 11

The present Agreement is concluded for an indefinite period of time and may be terminated by either Party by giving a written notice to the other Party through diplomatic channels. The Agreement shall cease to be in force 30 (thirty) days from the date of said notification.

ARTICLE 12

The present Agreement is subject to approval or ratification in accordance with the internal legal procedures of the Parties, and shall enter into force 60 (sixty) days from the date of the latter of the diplomatic Notes by which the Parties notify each other that their internal legal requirements for this purpose have been complied with.

Done at Brasília, on September 1st 1999, which corresponds to the 20 day of ELUL 5758, in two original copies, in the Portuguese, Hebrew and English languages, all texts being equally authentic. In case of divergency of interpretation, the English text shall prevail.



FOR THE GOVERNMENT OF THE
FEDERATIVE REPUBLIC
OF BRAZIL



FOR THE GOVERNMENT OF THE
STATE OF ISRAEL

הסכם

בין

ממשלת הרפובליקה הפדרטיבית של ברזיל

לבין

ממשלת מדינת ישראל

בדבר פטור מאשרות למחזיקים בדרכונים לאומיים תקפים

ממשלת הרפובליקה הפדרטיבית של ברזיל וממשלת מדינת ישראל (תקראנה להלן "הצדדים");

במטרה להקל על נוהלי הנסיעה בין שתי המדינות;

הסכימו לכרות הסכם בתנאים שלהלן:

סעיף 1

אזרחי המדינה של אחד הצדדים, המחזיקים בדרכונים לאומיים תקפים, רשאים להיכנס לשטח ארצה של המדינה האחרת למטרה של עסקים או תירות לשהות שאינה עולה על 90 (תשעים) ימים בלי אשרת כניסה. שהויות אלה מוגבלות ל-180 (מאה ושמונים) ימים בשנה.

סעיף 2

אזרחי מדינת ישראל והרפובליקה הפדרטיבית של ברזיל הנכנסים לשטח ארצו של הצד האחר במטרה לעסוק בפעילויות שהגמול עליהן משולם ע"י מקור במדינה המארחת או המבקשים להישאר שם לתקופה העולה על 90 (תשעים) ימים, יבקשו את האשרה המתאימה שמנפיק הנציגות הדיפלומטית או הקונסוליה של המדינה הנוגעת בדבר.

סעיף 3

(1) אזרחים של צד אחד אשר איבדו את הדרכון הלאומי שלהם בתוך שטח ארצה של המדינה של הצד האחר, יעזבו שטח זה עם המסמכים המתאימים שתנפיק הנציגות הדיפלומטית או הקונסוליה של המדינה הנוגעת בדבר, ובלי אשרה.

(2) המסמכים המתאימים המאוזכרים בס"ק 1 הם, במקרה של הרפובליקה הפדרטיבית של ברזיל, דרכון דיפלומטי, דרכון רשמי, דרכון רגיל, דרכון זר, אישור מעבר או אישור לשוב לברזיל, ובמקרה של מדינת ישראל, דרכון לאומי, אישור מעבר או אישור מעבר לשעת חרום.

סעיף 4

אזרחי המדינה של אחד הצדדים רשאים לחצות את גבול מדינתו של הצד האחר בנקודות גבול הפתוחות לתנועת נוסעים בינלאומית.

סעיף 5

בכפוף להוראות הנ"ל, בני אדם הנהנים לפי הסכם זה ימלאו, בעודם ברפובליקה הפדרטיבית של ברזיל או במדינת ישראל, אחר החוקים והתקנות של המדינה שהם שוהים בה. הוראות הסכם זה לא תפטורנה את אזרחי הצדדים מחובת הציות לחוקים ולתקנות המתאימים לנוגעים לכניסה ולישיבה (זמנית או קבועה) של זרים בשטח ארצו של הצד האחר, ולעיסוקם במפעילויות נושאות גמול. בין אם באופן עצמאי או על בסיס של שכר, או שבעבורן דרושה אשרה מסוג מסוים.

סעיף 6

הצדדים יודיעו במהרה זה לזה, בצינורות הדיפלומטיים, על שינויים כלשהם צפויים בתנאי הכניסה, השהות או היציאה לגבי אזרחי המדינות של הצדדים.

סעיף 7

הצדדים שומרים לעצמם את הזכות למנוע את כניסתם של אנשים שאינם בעלי דרכון לאומי בתוקף, אנשים הנחשבים לבלתי רצויים, לרבות אלה העלולים לסכן את הביטחון או הסדר הציבורי או אלה שאינם מצוידים באמצעים מתאימים למחיתם או בסידורים אחרים מתאימים לשהותם בשטח ארצה של המדינה המארחת.

סעיף 8

כל צד מקבל על עצמו להכניס מחדש כל אחד מאזרחיו לשטח ארצו, בלי כללי נוהל.

סעיף 9

הצדדים שומרים לעצמם את הזכות להשעות זמנית את יישום הסכם זה, מטעמי ביטחון לאומי, סדר ציבורי או בריאות הציבור, למעט לפי סעיף 8 להסכם. כל צד יודיע במהרה לצד האחר, בכתב, בצינורות הדיפלומטיים על הנהגתם, וכן על ביטולם, של אמצעים כאמור. אמצעים כאמור ייכנסו לתוקף בתאריך בו ניתנת ההודעה לצד האחר.

סעיף 10

(1) הצדדים יספקו זה לזה דוגמאות של מסמכי הנסיעה התקפים שלהם לא יאוחר מ-30 (שלושים) ימים לפני תאריך כניסתו של ההסכם לתוקף.

(2) הכניס צד אחד שינוי כלשהו במסמכי הנסיעה התקפים, או הנהיג סוג חדש של מסמך נסיעה, הצד האמור יודיע לצד האחר בצינורות הדיפלומטיים על השינוי לא יאוחר מ-30 (שלושים) ימים לפני תאריך הנהגתם, וימציא את הדוגמא שלהם, עם כל המידע הדרוש הנוגע לשימוש במסמכים אלה.

סעיף 11

ההסכם הנוכחי נעשה לפרק זמן בלתי מוגבל, וכל אחד מהצדדים יכול להביאו לידי סיום בהודעה בכתב בצינורות הדיפלומטיים. ההסכם יחדל להיות בתוקף 30 (שלושים) ימים מתאריך הודעה זו.

סעיף 12

ההסכם הנוכחי טעון אישור או אישור בהתאם לנהלים הפנימיים המשפטיים של הצדדים, וייכנס לתוקף 90 (תשעים) ימים מתאריך האחרונה מבין האגרות הדיפלומטיות שבאמצעותן מודיעים הצדדים אחד לשני שדרישותיהם הפנימיות המשפטיות למטרה זו מולאו.

נעשה ב הרצליה ביום כ' אלול התשנ"ט, שהנו ה-
1 בספטמבר 1999, בשני עותקי מקור, בשפות הפורטוגזית, העברית והאנגלית ולכל הנוסחים דין מקור שווה. במקרה של הבדלי פרשנות, יכריע הנוסח האנגלי.

בשם ממשלת מדינת
ישראל

בשם ממשלת הרפובליקה
הפדרטיבית של ברזיל